

# OBSERVARE 1<sup>st</sup> International Conference

16 - 17 - 18 November, 2011

## I Congresso Internacional do OBSERVARE

16 - 17 - 18 Novembro, 2011

---

### INTERNATIONAL TRENDS and Portugal's Position



### AS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS e a posição de Portugal

---

# Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>



## Questionando a cidadania pós-nacional em tempos de crise

Isabel Estrada Carvalhais  
Universidade do Minho

**Palavras chave:** Cidadania, pós-nacionalidade, Conhecimento, *brain circulation*, exclusão, Democracia.

Embora longe de ser novo enquanto critério de exclusão-inclusão, o conhecimento (aqui amplamente entendido como especialização científica e tecnológica) tem vindo a evidenciar-se como uma porta pós-nacional “legítima” pela qual os imigrantes altamente qualificados mais rápida e facilmente acedem à legalidade e aos direitos de cidadania no contexto de diversas sociedades de acolhimento. Uma maneira de sustentar esse argumento é olhar para o modo como os estados têm legitimado o conhecimento enquanto critério de acesso à legalidade, através de regimes especiais que acompanham as suas políticas de imigração. Os Estados liberais têm pois desenvolvido políticas imigrantes altamente restritivas (Tushnet, 1995), ao mesmo tempo que têm vindo a contemplar regimes específicos que facilitam e promovem a entrada e residência legal de profissionais altamente qualificados – estratégia claramente destinada a ganhar a batalha do *Brain Gain*.

Devemo-nos porém questionar sobre se tais ‘novos’ critérios de admissão estarão na verdade a pôr em causa (ou não) as qualidades democráticas da própria cidadania pós-nacional, qualidades essas que, pelo menos teoricamente, deveriam tornar a cidadania pós-nacional mais próxima dos Direitos Humanos e não o contrário.

**Isabel Estrada Carvalhais** – Doutora em Sociologia Política na Universidade de Warwick, Reino Unido. Professora Auxiliar em Ciência Política e Relações Internacionais, do Departamento em relações Internacionais e Administração Pública, da Universidade do Minho. Directora do Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais (NICPR).

# Exclusão e inclusão na linguagem pós-nacional – o caso do conhecimento

Isabel Estrada Carvalhais<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** conhecimento; cidadania, pós-nacionalidade; imigração; exclusão

## Introdução<sup>2</sup>

Não é de hoje que o conhecimento exerce funções de critério exclusor/inclutor com efeitos sobre a gestão da cidadania e dos seus diferentes tipos de direitos. Bastará para tanto pensar na democracia censitária a qual tinha não apenas na propriedade mas também na escolaridade, dois dos principais referenciais do seu funcionamento. A posse de literacia era tão elementar como a posse de propriedade, desde logo no tocante ao acesso a direitos de participação política. Para além desta existência clara enquanto critério formal de acesso à cidadania plena, uma outra existência, de condição tácita (mas nem por isso socialmente menos operante, e seguramente até mais perene do que a anterior entretanto já ultrapassada) tem acompanhado o conhecimento. Trata-se da sua capacidade inerentemente inclusora/exclutora fundamentada em convicções epistémicas sobre o que as nossas sociedades avaliam como conhecimento mais ou menos importante, mais ou menos válido.

Antes pois de olhar para o eventual papel que o conhecimento tem na gestão da cidadania pós-nacional, importa reconhecer que, mesmo dentro do paradigma nacional de cidadania, o conhecimento marcou formalmente o acesso a direitos e marca ainda a efectiva concretização daqueles por parte de quem os detém.

O presente texto visa olhar para o modo como o conhecimento surge hoje, de novo, como critério censitário formal que determina, em primeira-mão, o acesso ou a rejeição do imigrante à condição de não-nacional legal, e, indirectamente, facilita ou dificulta o posterior acesso à cidadania.

O conhecimento é cada vez mais uma porta de entrada politicamente legitimada para aqueles que entrem na categoria de imigrantes altamente qualificados. Em particular o conhecimento científico e tecnológico permite um acesso mais rápido e simples, quer à residência legal, quer a diversos direitos de cidadania no contexto das sociedades de acolhimento. Isso mesmo se pode ver através da análise às políticas de imigração em vigor, e aos regimes especiais que elas consagram nesta matéria.

De facto, se por um lado os estados liberais têm vindo a desenvolver políticas migratórias cada vez mais restritivas (Tushnet, 1995), por outro, têm-se igualmente esmerado na criação de regimes que visam facilitar e promover a entrada e a residência legal de profissionais altamente qualificados, numa clara tentativa de retirar o máximo de dividendos da batalha instalada pela conquista do capital humano mais apto e competitivo. O paradoxo liberal (Hollifield, 1995), segundo o qual os estados que sustentam as suas economias e os seus discursos políticos no princípio da liberdade de circulação, estão igualmente envolvidos na operacionalização de políticas de imigração cada vez mais selectivas e restritivas – é na verdade um paradoxo tripartido ao qual se adiciona o compromisso paralelo dos estados com a criação de políticas migratórias especiais para atrair a imigração altamente qualificada. Posto isto, levanta-se a questão de saber se o conhecimento enquanto ‘novo’ critério de admissão à legalidade está ou não a subverter as qualidades democráticas do paradigma pós-nacional de cidadania.

---

<sup>1</sup> Investigadora e directora do NICPRI – Núcleo de investigação em Ciência Política em Relações internacionais ([www.nicpri.uminho.pt](http://www.nicpri.uminho.pt)). [isabelestrada@eeg.uminho.pt](mailto:isabelestrada@eeg.uminho.pt). Professora Auxiliar do Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública da Universidade do Minho.

<sup>2</sup> Este texto segue a estrutura da comunicação feita no I Congresso Internacional da *Observare, International trends and Portugal's Position*, sendo todavia um texto ainda muito pouco desenvolvido. Desse texto inicial bastante incompleto e que aqui se reproduz, resultou um outro, já mais amadurecido e extenso, em língua inglesa, aceite entretanto para publicação em revista internacional.

## Clarificação conceptual

Isto implica, antes de mais, uma clarificação, ainda que breve, sobre o que se entende aqui pelas qualidades democráticas do paradigma pós-nacional de cidadania. Afirmámos anteriormente que a cidadania pós-nacional ‘(...) depende menos do progresso de estruturas internacionais e mais dos esforços internos das comunidades políticas no sentido de ultrapassarem [os limites d] o paradigma nacional’ (Carvalhais, 2007: 101). Por outras palavras, a pós-nacionalidade surge aqui enquanto *qualidade desejada de uma praxis política* e não como condição que a cidadania adquire em resultado do nível geográfico em que a política ocorre. O pós-nacional traduz pois uma *qualidade* que definirá a lógica subjacente à relação entre estado e sociedade civil, relação na qual ambos são confrontados com a necessidade de reequacionar, entre outros, o desafio da integração de residentes legais, independentemente da sua relação com a nacionalidade. Neste contexto, a lógica pós-nacional não se confunde com uma lógica pós-Estado ou para lá do Estado, já que não pressupõe a sua concretização numa (e através de uma) geografia extra-estatal feita de espaços ou de acções de natureza supra ou transnacional.

Mas se é certo que a cidadania pós-nacional se distancia do paradigma tradicional, pelo modo como rejeita a superioridade da nacionalidade enquanto critério máximo de inclusão sobre o critério da Humanidade, tal não significa que aquela opere sem os seus próprios critérios de admissão. A existência de critérios de admissão é tanto uma necessidade conceptual como prática no sentido de assegurar a integridade da cidadania pós-nacional quer como conceito, quer como processo real. O que não significa por seu turno que não devamos, outrossim, questionar os critérios da cidadania pós-nacional à luz, desde logo, daquele que deveria ser o seu ideal normativo: a capacidade de tomar os Direitos Humanos como esteio orientador da sua acção inclusora e de assim contribuir para uma melhoria qualitativa efectiva da própria democracia.

A legitimação política do conhecimento como porta de acesso à residência legal, e com tal, indirectamente a direitos de cidadania, reveste-se de enorme importância política, quer pelos impactos que tem sobre todos os imigrantes que não entram na categoria de capital humano altamente qualificado, quer pelo modo como contribui para uma pré-selecção de potenciais novos cidadãos, isto é, pelo modo como acaba por influenciar em última instância *quem* o Estado pretende que possa ser cidadão.

## Avanços e dissonâncias da linguagem pós-nacional em Portugal

Em pouco mais de uma década, Portugal conheceu um notável progresso no que respeita ao seu edifício legal e institucional em matéria integração e de concessão de direitos aos não-nacionais (Carvalhais, 2010: 57-75), muito em particular aos residentes de longa duração que inclusivamente têm em alguns casos acesso a direitos políticos activos e/ou passivos a nível local seguindo o princípio constitucional da reciprocidade.

Os actuais instrumentos e políticas em curso têm permitido que Portugal brilhe no *raking* internacional como prova o relatório MIPEX III, de Fevereiro de 2011 (Huddleston & Niessen 2011).

Pelo menos do ponto de vista formal, a linguagem pós-nacional tem conhecido em Portugal um avanço considerado positivo. Mas a qualidade da cidadania pós-nacional não pode ser definida apenas em função do que ocorre em matéria de políticas de integração. As políticas migratórias, enquanto instrumentos reguladores da entrada, permanência e expulsão e estrangeiros de um dado território nacional são também partes importantes da equação e podem em última análise comprometer o resultado geral do exercício que determina o nível e a qualidade da pós-nacionalidade presente na relação Estado-sociedade civil.

Ora, é aqui que surge um considerável obstáculo à qualidade da pós-nacionalidade potencialmente em curso em Portugal. A nossa política migratória, juridicamente plasmada na Lei 23/2007, por sua vez regulamentada pelo Decreto Regulamentar 84/2007, é do ponto de vista económico, uma política bastante selectiva. Daqui resulta que se o perfil dominante do imigrante não chega a sofrer

directamente de restrições de carácter étnico, cultural, ou nacional (até porque tal seria inconstitucional) acaba todavia por ser moldado por uma leitura orientada pelo princípio da utilidade económica dos potenciais imigrantes<sup>3</sup>.

Paralelamente a tudo isto, Portugal tem procurado reforçar a sua capacidade negocial no mercado internacional de capital humano, ou seja, tem-se procurado posicionar na batalha pelo *brain gain*, o que nos leva á segunda parte deste breve texto.

## Política de imigração e política de *Brain Gain* – como se relacionam?

A política nacional de *brain gain* constrói-se em torno de três desafios fundamentais<sup>4</sup>:

- a) Re-cativar os portugueses mais qualificados em diáspora;
- b) Atrair mão-de-obra estrangeira altamente qualificada que possa trazer valor acrescentado em particular ás áreas tecnológicas e científicas;
- c) Estancar e prevenir a perda dos melhores cérebros sejam eles nacionais ou não-nacionais aqui residentes, no Mercado laboral ou ainda em formação.

De salientar que apenas recentemente emergiu a formação de uma política sistemática e integrada, desenhada para responder às especificidades de cada um dos desafios enunciados. A melhor expressão deste processo encontra-se no lançamento do Plano Nacional Tecnológico (PNT), em 2005. O PNT visa, por um lado, assegurar o compromisso do Estado para com os objectivos da Estratégia de Lisboa no que respeita à construção da Sociedade do Conhecimento, e, por outro lado, responder à urgente necessidade nacional de estimular o desenvolvimento tecnológico e científico, e de aumentar os níveis de educação e de formação do cidadão, bem como a sua motivação para inovar.

O PNT estrutura-se em três eixos fundamentais: o eixo do conhecimento, o eixo da tecnologia e o eixo da inovação. Ficaremos apenas pela análise, ainda que breve, do primeiro, por ser nele que directamente encontramos os elementos que o prendem ao argumento em construção no presente texto.

Sob o eixo do conhecimento, o país é chamado a melhorar os níveis de conhecimento e literacia das suas populações, designadamente através da expansão e diversificação dos caminhos conducentes à educação e à formação assentes na lógica da aprendizagem ao longo da vida; e estimulando o acesso às novas tecnologias de informação e de comunicação. Com o intuito de permitir a concretização deste eixo, este organiza todas as suas acções em torno de vários objectivos estratégicos, entre os quais:

- a) o aumento dos níveis educacionais dos cidadãos.
- b) a promoção da aprendizagem ao longo da vida.
- c) a preparação dos cidadãos para a sociedade da informação e do conhecimento, seguindo o princípio de que as novas tecnologias de comunicação e de informação são instrumentos estrategicamente determinantes na criação de literacia pós-industrial capaz por sua vez de fortalecer a posição do cidadão em diversos mercados cada vez mais competitivos e globalizados.

---

<sup>3</sup> Embora o sistema de quotas implementado pelo Governo de Durão Barroso, com Figueiredo Lopes como Ministro da Administração Interno, tenha terminado com a era Sócrates, a verdade é que o regime em funcionamento não cortou radicalmente com a lógica anterior. Isto pese embora os esforços do então Secretário de Estado José Magalhães, em esclarecer que o sistema já não era agora o de quotas mas o de gestão de um contingente global e flexível de mão-de-obra (Público, 2009).

<sup>4</sup> A nossa análise da política que gere a posição do nosso país no mercado internacional do conhecimento científico e tecnológico, sugere-nos que a sua estrutura tem na condição semi-periférica do país em relação a vários mercados (económico, cultural, científico, académico...) o seu pilar essencial. É pois pelas lentes desta condição semi-periférica (embora não exclusivamente) que grande parte das respostas do país se torna inteligível. Um segundo pilar dominante é o contexto europeu e a necessidade que daí decorre de corresponder às exigências da Agenda de Lisboa estabelecidas em 2000 para toda a década agora finda, e reajustadas entretanto para for 2020. A Agenda de Lisboa tem funcionado ao longo dos últimos anos como um catalisador político que tem permitido a implementação de medidas que, se tomadas sem o apoio comunitário, seriam financeiramente muito onerosas, ainda que muito necessárias no sentido de aproximar o país de uma economia global crescentemente competitiva e dos mercados internacionais do conhecimento tecnológico e científico. Há pois, sublinhamos, uma relação simbiótica entre estes dois pilares, na qual se destaca muito em particular os benefícios que a condição semi-periférica retira do suporte garantido pelo contexto europeu. A condição semi-periférica e a Agenda de Lisboa são igualmente as duas principais referências da política portuguesa de *brain gain*, aqui entendida simplesmente como parte de uma estratégia mais ampla de posicionamento económico do país através do reforço do capital humano.

## Eixo do Conhecimento e regime especial para indivíduos altamente qualificados

O eixo do conhecimento inclui trinta e dois projectos de acção, isto é, medidas facilitadoras dos seus objectivos enunciados, entre as quais se conta:

“Captação de Quadros Qualificados para Inovação /Adaptação da legislação de imigração e dos mecanismos de acolhimento de imigrantes de alto nível científico e técnico” (Conselho Consultivo do Plano Tecnológico 2008: 61).

Esta medida em particular destina-se a atrair quadros altamente qualificados e encontra-se intimamente ligada à presente Lei da Imigração (Lei 23/2007), como veremos de seguida, embora vise atrair não apenas estrangeiros mas também a Diáspora portuguesa.

Subjaz a esta medida uma dada leitura política Segundo a qual o aumento dos níveis de formação e de educação a par das competências comunicativas da população portuguesa, pressupõe a abertura das portas à entrada de capital humano altamente qualificado vindo do exterior. Esta leitura política, que radica em assumpções altamente discutíveis, não chega porém a esclarecer se considera que os recursos humanos existentes no país estão a falhar na concretização dos objectivos atrás enunciados, e, em caso de resposta afirmativa, se a sua falha se sustenta em razões quantitativas (associadas por exemplo ao número insuficiente de diplomados e graduados) ou em razões qualitativas (associadas por exemplo a fenómenos mais complexos como a capacidade de esforço individual, ou questões de mentalidade colectiva).

De qualquer forma, certo é que a estratégia portuguesa para cativar quadros altamente qualificados situados fora do país, se encontra intimamente ligada à criação de um regime de simplificação do acesso à entrada e residência legal de não-nacionais altamente qualificados, cujos termos de efectivação no terreno se encontram detalhados pelo Decreto Regulamentar 84/2007. É este o instrumento jurídico responsável pela definição dos termos automáticos que podem ser utilizados na classificação e verificação da existência de actividades altamente qualificadas; que estabelece os procedimentos de articulação de informação entre as autoridades nacionais situadas em Portugal e no exterior (embaixadas e consulados) enquanto as candidaturas de não-nacionais altamente qualificados se encontram sob avaliação, no sentido de proporcionar a aceleração dos processos e a consequente entrada e residência legal no país.

O Decreto Regulamentar foi igualmente responsável pela criação de uma *troika* ministerial, constituída pelos então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Administração Interna e Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior<sup>5</sup>.

Esta *taskforce* foi organizada para supervisionar a celeridade e a eficiência de todas as candidaturas submetidas ao abrigo do regime simplificado de entrada. O anterior quadro jurídico era frequentemente acusado de ser mais moroso e burocrático, particularmente para os estrangeiros em busca de residência permanente, em contraste com os imigrantes temporários que facilmente conseguiam resolver o problema de estadia legal através de re-emissão de vistos turísticos. Em contraponto com o regime anterior, o novo regime assume-se como mais célere e administrativamente simplificado, sendo visto como um passo muito positivo no processo de atracção de capital humano altamente qualificado, pese embora não seja poupado também a críticas<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> De acordo com a nomenclatura ministerial dos governos socialistas de José Sócrates entre 2005 e 2011, e recentemente alterada pela designação de Ministro da Educação e Ciência, no Governo de centro-direita liderado por Passos Coelho.

<sup>6</sup> Uma crítica feita desde início ao regime, assinala a ausência dos estudantes especialmente dos sitiados ao nível da pós-graduação, em contraste com o que acontece em países como os Estados Unidos onde muitos estudantes de pós-graduação podem também ser não-nacionais (ACIDI, 2006).

Esta crítica foi parcialmente respondida pelo presente Plano para a Integração dos Imigrantes (Resolução do Conselho de Ministros 63-A/2007). O Plano sublinha claramente a importância da simplificação do acesso ao ensino superior português por parte dos estudantes estrangeiros que possam já ter estado integrados em outros sistemas de ensino superior; bem como a importância da simplificação dos processos de reconhecimento de graus e diplomas concedidos por outros sistemas de ensino superior, a par da criação de serviços de acolhimento especializados neste fim em concreto. O plano nacional de integração considera estas medidas como essenciais para a promoção da integração dos *migrantes do conhecimento* na sociedade e em particular no mercado laboral. Outras opiniões têm sugerido que o actual regime vá ainda mais longe. O primeiro coordenador do Plano Tecnológico Nacional e ex-secretário de estado José Tavares, considera por exemplo que se deveria avançar para a implementação de um sistema fiscal mais favorável e como tal mais atractivo para os imigrantes altamente qualificados como forma de aumentar a capacidade de captação do país no mercado internacional. É claro que uma tal ideia a ser concretizada, teria de provar em simultâneo, quer a sua constitucionalidade, quer a sua real utilidade advinda da aceitação tácita da



## O conhecimento como critério de exclusão da cidadania pós-nacional

De acordo com o relatório de Julho de 2009 sobre o progresso do Plano Tecnológico, e no que toca á avaliação feita do projecto estratégico “Captação de Quadros Qualificados para Inovação /Adaptação da legislação de imigração e dos mecanismos de acolhimento de imigrantes de alto nível científico e técnico”, a lista de actividades concluídas com sucesso inclui os seguintes pontos:

- a) A aprovação da chamada Lei da Imigração (Lei 23/2007);
- b) A publicação do Decreto Regulamentar 84/2007, o qual regula a Lei 23/2007 e é responsável pela explicitação do modo de operacionalização do regime simplificado de acesso à legalidade de imigrantes altamente qualificados;
- c) A criação de uma *taskforce* ministerial entre três ministérios-chave designado por Grupo de Contacto.

O relatório, que dá o projecto estratégico por concluído, considera que em resultado destas medidas, Portugal conseguiu atrair em 2008 mais do dobro de estrangeiros altamente qualificados em relação ao ano anterior (GCNELPT, 2009: 63). O relatório sublinha como sinal do sucesso alcançado o facto de a concessão de vistos levar então em média onze dias contra os vinte dias registados em 2007. Também de acordo com o relatório, os dados relativos ao Grupo de Contacto revelam que, de entre os imigrantes provenientes de mais de 40 países, 88 era investigadores, 132 docentes académicos e 313 quadros de empresas, profissionais da saúde, profissionais dos sistemas de informação, engenheiros electrotécnicos, químicos, juristas e profissionais liberais (2009: 63).

Em resumo, a actual lei da imigração – a mesma que aqui já definimos como restritiva e economicamente selectiva em relação a qualquer potencial imigrante – é avaliada como sendo em si mesma uma medida legislativa positiva pelo modo como permite o enquadramento legal de um regime mais competitivo para a captação de mão-de-obra altamente qualificada. Por outras palavras, o quadro jurídico que permite o enquadramento da discriminação negativa de imigrantes na base da sua utilidade económica (não raras vezes determinada pelo historial prévio de (in)acesso à educação e ao conhecimento) é o mesmo quadro que enquadra a discriminação positiva de outros imigrantes, nos termos exactamente opostos.

Sublinhe-se que a discriminação positiva do indivíduo na base da sua utilidade no contexto de economias altamente competitivas e tecnologicamente dependentes não é em si mesmo um mal. No entanto, quanto tal discriminação positiva ocorre estando legalmente suportada nos mesmos instrumentos jurídicos que em paralelo promovem a discriminação negativa de todos os indivíduos cujos níveis e formas de escolaridade não são avaliadas como económica e até epistemologicamente relevantes, então há que questionar a lógica subjacente a esta dinâmica.

## Conclusão

A recente abordagem nacional no sentido de cativar capital humano altamente qualificado, não reflecte apenas as preocupações de um estado semi-periférico. São na verdade esforços semelhantes aos que se registam em muitos outros países mais ou menos semi-periféricos como a Irlanda ou a Hungria, ou centrais como o Reino Unido, França e Alemanha. As tendências internacionais nesta material revelam que os esforços governamentais incluem quase sempre reforma legislativa com vista ao facilitar da entrada de estrangeiros altamente qualificados, e sistemas administrativos menos burocratizados de modo a estimular a transferência de recursos humanos na esfera empresarial (Hansen et al., 2004: 21-22). Independentemente porém das características que nos aproximam dos padrões internacionais, ou das que determinam as nossas singularidades, o sucesso da política nacional no respeitante à condição semi-periférica do seu mercados de conhecimento não pode ignorar que: a diáspora sempre existirá, por muito que se reinventem os esforços de captação de recursos; o *brain drain/brain gain* é um

processo de contínuos ajustamentos entre benéficos e perdas para o país; atrair estrangeiros e elementos na diáspora não poderá ser equacionado com sucesso fora da valorização simultânea do capital intelectual já estabelecido no país; uma relação forte com os migrantes do conhecimento (*knowledge migrants*) não deverá ocorrer nem às custas da desvalorização da relevância económica da mão-de-obra menos qualificada, nem por via de uma leitura selectiva que desafie os próprios direitos humanos. A eleição do conhecimento científico e tecnológico como porta privilegiada de acesso à legalidade, e potencialmente à cidadania, traduz mais do que uma leitura discriminatória questionável sobre diferentes formas de conhecimento. Traduz a aceitação passiva por parte da sociedade civil de uma dada ética pública quanto à definição política e social de quem é o 'sujeito válido', o indivíduo desejável. Traduz, enfim, uma hiper-valorização da dimensão liberal da cidadania, em detrimento da qualidade democrática que lhe deveria assistir no contexto de uma lógica pós-nacional de acesso à cidadania. O conhecimento como um critério de admissão está assim marcado por uma leitura que inverte o real sentido de uma cidadania pós-nacional, dela fazendo emergir a sua dimensão liberal enquanto facilitadora da conciliação do Estado com as exigências do capitalismo global, ao mesmo tempo que nela se esbate a sua dimensão democrática enquanto facilitadora da conciliação do Estado com a crescente pluralidade e diversidade humana da sociedade que ele organiza.

## Referências Bibliográficas

- Ackers, Louise et al (2001) *The participation of women researchers in the TMR Marie Curie Fellowships*. Brussels : European Commission.
- Carvalhais, I. (2011) 'Brain drain and brain gain from the perspective of a semi-peripheral state Portugal', Report to be published by the UNESCO (forthcoming).
- Carvalhais, I. (2010): 'Migrantes e minorias étnicas lusófonas em Portugal – evolução do sistema legal de direitos políticos e sociais', *Perspectivas - Portuguese Journal of Political Science and International Relations*, 57-75.
- Carvalhais, I. (2007) 'The cosmopolitan language of the state: post-national citizenship and the integration of non-nationals', *European Journal of Social Theory*, 10(1): 99-111.
- De la Vega, I. and H. Vessuri (2008) 'Sciences and mobility: is physical location relevant?', *Technology in Society*, 30: 71-83
- Delicado, Ana (2008a) 'Cientistas portugueses no Estrangeiro – factores de mobilidade e relações de diáspora', *Sociologia Problemas e Práticas*, 58 : 109-29
- Delicado, Ana (2008b) 'Lá fora com um pé cá dentro : ligações dos cientistas expatriados ao sistema científico português'. Paper presented to the 6th Portuguese Congress of Sociology. Pp : 1-18. available in <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/562.pdf>
- Favell, Adrian, Miriam Feldblum and M.P. Smith (2006) 'The human face of global mobility: a research agenda' in M.P. Smith and A. Favell (orgs) *The Human face of global mobility*. New Brunswick, Transaction Publishers: 1-25.
- Gonçalves, Maria Eduarda (1996a) 'The Politics of science Policy in the Periphery of Europe: the Case of Portugal', *Science, Technology & Society*, 1(2): 291-310.
- Gonçalves, Maria Eduarda (1996b) 'Mitos e realidades da política científica portuguesa', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 46, 47-67.
- Hansen, Wendy et al. (2004) 'The Brain-Drain - Emigration Flows for Qualified Scientists'. Available in <http://www.merit.unimaas.nl/braindrain/>
- Hollifield, James (1992) 1992. *Immigrants, Markets, and States: The Political Economy of Postwar Europe*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Huddleston, Thomas, Jan Niessen et al (2011) *Migrant Integration Policy – Index III: Portugal*. Bruxelas: British Council and Migration Policy Group.
- Kurka, Bernhard, Michaela Tripl and Gunther Maier (2008) 'Understanding Scientific Mobility: Characteristics, Location Decisions, and Knowledge Circulation. A Case Study of Internationally Mobile Austrian Scientists and Researchers'. Papers DYNREG30, Economic and Social Research



Institute (ESRI). Available in [http://www.esri.ie/research/research\\_areas/international\\_economics/dynreg/papers/WP30.pdf](http://www.esri.ie/research/research_areas/international_economics/dynreg/papers/WP30.pdf)

Nunes, João Arriscado and Maria Eduarda Gonçalves (orgs) (2001) *Enteados de Galileu? A semi periferia no sistema mundial da ciência*. Porto: Afrontamento.

Peixoto, João (2004) 'Flows and the EU-Portugal' in Wendy Hansen et al. *The Brain-Drain - Emigration Flows for Qualified Scientists*. Available in [http://www.merit.unimaas.nl/braindrain/Part4.Flows\\_and\\_the\\_EU-Portugal.pdf](http://www.merit.unimaas.nl/braindrain/Part4.Flows_and_the_EU-Portugal.pdf)

Rizvi, Fayal (2005) 'Rethinking "Brain Drain" in the Era of Globalization', *Asia Pacific Journal of education*, 25(2): 175-192

Santos, Boaventura de Sousa (1994) *Pela Mão de Alice: O social e o político na Pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1993) *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento.

Soysal, Y.N. 1994. *Limits of Citizenship, Migrants and Postnational*

Teferra, Damtew (2003) 'Unleashing the forces of the Diaspora: capitalizing on brain drain in the era of information and communication technologies. In *Diasporas Scientifiques – Scientific Diasporas*, part II (CD-ROM), chapter 6. collection 'Expertise Collégiale'. Paris: IRD eds: 226-43.

Todisco, Enrico, Maria Carolina Brandi and Giovanni Tattolo (2003) 'Skilled migration: a theoretical Framework and the case of foreign researchers in Italy', *Fulgor*, 1(3):115-130.

Tushnet, Mark (1995) 'Immigration policy in liberal political theory' in Warren F. Schwartz, *Justice in Immigration*. Georgetown University: Washington DC: pp. 147-157

UNCTAD (2007) *The Least Developed Countries Report 2007: Knowledge, Technological Learning and Innovation for Development*. Available in <http://www.un.org/publications>.

UNESCO (2010) 'Education For All - Global Monitoring Report 2010 – reaching the marginalized'. Oxford University Press. Available in <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001866/186606e.pdf>

Wallerstein, Immanuel (1991) (6<sup>th</sup> edition, 2006) *Unthinking Social Science – the limits of Nineteenth – Century Paradigm*. Philadelphia: Temple University Press.

Wallerstein, Immanuel and Terrence K. Hopkins (coords.) (1996) *The Age of Transition: Trajectory of the World System, 1945-2025*. London: Zed Books.

Weizsäcker, Jacob von (2006a) 'A Europe Blue Card Proposal', *Horizons Stratégiques*, 1: 1-13. Centre d'Analyse Stratégique. Available in [http://www.strategie.gouv.fr/revue/article.php3?id\\_article=52](http://www.strategie.gouv.fr/revue/article.php3?id_article=52)

Weizsäcker, Jacob von (2006b) 'Welcome to Europe', *Bruegel Policy Brief 2006/03*, Bruegel, Brussels. Available in [http://www.bruegel.org/uploads/tx\\_btbbreugel/pbf\\_030406\\_europe.pdf](http://www.bruegel.org/uploads/tx_btbbreugel/pbf_030406_europe.pdf)

## Sites consultados

ACIDI, 2006, 'Lei da Imigração favorece a entrada de cérebros'. Available in <http://www.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=print&sid=1484>

ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, available in <http://www.anacom.pt/text/render.jsp?contentId=312086&channel=print>

CNELPT – Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico (National Coordinator of the Lisbon Strategy and Technological Plan). Available in <http://www.planotecnologico.pt/default.aspx?site=gabinetedocoordenador>

GCNELPT – Gabinete do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico (Cabinet of the National Coordinator of the Lisbon Strategy and Technological Plan) (2009) *Renovar a Ambição - Relatório de Progresso do Plano Tecnológico*. Available in <http://www.planotecnologico.pt/document/RelatorioCCPT9Julho09.pdf>

GCNELPT – Gabinete do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico (Cabinet of the National Coordinator of the Lisbon Strategy and Technological Plan) (2008) *A Country better prepared to confront the Global Economic Conjuncture*. Available in [http://www.planotecnologico.pt/document/GCNELPT\\_paper2008\\_en.pdf](http://www.planotecnologico.pt/document/GCNELPT_paper2008_en.pdf).

Portugal Tecnológico, *Newsletter* 14: 2011. Available in [http://www.planotecnologico.pt/document/Newsletter14\\_IIsérie\\_17032011.pdf](http://www.planotecnologico.pt/document/Newsletter14_IIsérie_17032011.pdf)  
 Observatório das Desigualdades: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=91>  
 SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial: <http://sifide.adi.pt/index.php?cat=4&PHPSESSID=12f74956cf1cb14720d9aebbe73a4b3e>  
 Público, (2009) 'Governo explica que redução de quota para imigrantes não é definitiva'. Available in [http://www.publico.pt/Sociedade/governo-explica-que-reducao-de-quota-para-imigrantes-nao-e-definitiva\\_1380315](http://www.publico.pt/Sociedade/governo-explica-que-reducao-de-quota-para-imigrantes-nao-e-definitiva_1380315).

## Instrumentos legais referidos

*Decreto-Lei* 237-A/2006 (Decree-Law 237-A/2006) available in [http://www.irn.mj.pt/sections/irn/legislacao/docs-legislacao/decreto-lei-237-a-2006/downloadFile/file/DL\\_237a-2006.pdf?nocache=1201699362.99](http://www.irn.mj.pt/sections/irn/legislacao/docs-legislacao/decreto-lei-237-a-2006/downloadFile/file/DL_237a-2006.pdf?nocache=1201699362.99)

*Decreto Regulamentar* 84/2007 (Regulamentar Decree 84/2007) available in [http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult2/decreto-regulamentar-n2291/downloadFile/file/DECREG\\_84.2007.pdf?nocache=1194256465.79](http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult2/decreto-regulamentar-n2291/downloadFile/file/DECREG_84.2007.pdf?nocache=1194256465.79)

*Lei Orgânica* 2/2006 (Organic Bill 2/2006) available in [http://www.acidi.gov.pt/\\_cfn/4d05394ad6a9e/live/Lei\\_organica\\_2\\_2006\\_17\\_Abril.Nacionalidade.pdf](http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d05394ad6a9e/live/Lei_organica_2_2006_17_Abril.Nacionalidade.pdf)

*Resolução do Conselho de Ministros* 63-A/2007 (Resolution of the Council of Ministers 63-A/2007), available in <http://www.igualdade.gov.pt/index.php/pt/imigracao/406-resolucao-do-conselho-de-ministros-no-63-a2007>